



Jéssica Pereira de Oliveira

**Indígenas e política indigenista no pensamento de
Manuel Gamio**

Rio de Janeiro

2018

Indígenas e política indigenista no pensamento de Manuel Gamio

Jéssica Pereira de Oliveira

Instituto de História /
CFCH Bacharelado
em História

Fernando Luiz Vale Castro
Professor Doutor Titular da Universidade Federal do Rio de Janeiro

Rio de Janeiro

2018

Indígenas e política indigenista no pensamento de Manuel Gamio

Jéssica Pereira de Oliveira

Monografia submetida ao corpo docente do Instituto de História da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de Bacharel.

Aprovada por:

Prof. _____
(titulação)

- Orientador

Prof. _____
(titulação)

Prof. _____
(titulação)

Agradecimentos

Durante a graduação tive pessoas importantes ao meu lado que não me deixaram desanimar, que dividiram as angústias e as preocupações, que ficaram nos momentos mais difíceis e que faziam das salas de aula e do IH um lugar muito mais atraente e descontraído. Gostaria de agradecer às minhas amigas, Mônica Santos, Steffane Jacob e Carolina Castro pela paciência e pela linda jornada que construímos; ao corpo estudantil que sempre buscou brigar pelos direitos dos estudantes e, com isso, garantiu a minha permanência na faculdade; à coordenação do Instituto de História que sempre ajudou a resolver problemas que não estavam ao meu alcance de maneira rápida para não prejudicar a minha conclusão do curso; ao CAP/UFRJ e seus professores que foram essenciais para confirmação dos meus planos de ser professora; aos meus professores do IH, com quem tive prazer de aprender e compartilhar conhecimento e que me acolheram e ajudaram a trilhar os rumos da vida, com um destaque especial à Alessandra Seixlack e Cinthia Araújo. A todos vocês, meu muito obrigada!

Obviamente não poderia deixar de expor um agradecimento muito especial ao meu professor e orientador, Fernando Castro, quem me apresentou à América e à pesquisa acadêmica. Esteve ao meu lado durante toda graduação me orientando com toda a paciência possível e tornou-se um grande amigo, para além dos muros da faculdade. Serei eternamente grata por construir essa caminhada ao seu lado.

Ao longo da minha vida tive duas mulheres muito fortes ao meu lado, Eliete e Lenita. A primeira delas, minha mãe, me ajudou a alcançar meus objetivos sempre fazendo muitos sacrifícios ao longo do caminho e por diversas vezes me colocando em prioridade. A segunda, minha avó, a mulher mais guerreira e batalhadora que já conheci, foi meu exemplo e minha base. Graças aos seus esforços durante a vida, hoje sou a primeira graduada da família.

Por último, gostaria de agradecer à Juliana, pela sua paciência e força, por se tornar um porto seguro e uma base, quando perdi a minha. Esta monografia não teria sido escrita sem você, que ficou ao meu lado e apoiou todas as minhas decisões, me incentivou a escrever e acreditou como ninguém no meu potencial, sem poupar esforços para que eu chegasse ao meu objetivo. Sinto-me honrada de estar ao seu lado, muito obrigada!

Mais que agradecer, dedico esta monografia à Lenita e à Juliana por sempre estarem ao meu lado, não importando a situação.

RESUMO

DE OLIVEIRA, Jéssica Pereira. **Indígenas e política indigenista no pensamento de Manuel Gamio**. Fernando Luiz Vale Castro. Rio de Janeiro: UFRJ / IFCS / Departamento de História; **órgão financiador**, 2018. Monografia (Bacharelado em História).

Os anos da Revolução Mexicana, e posteriores, foram de extrema importância para construção da identidade nacional do México. O objetivo desta pesquisa é analisar a participação indígena na construção do projeto de nação. A priori, há uma análise sobre o contexto histórico e, posteriormente, sobre as políticas indigenistas que surgiram durante e depois da revolução e tentaram delimitar a participação indígena no projeto nacional mexicano.

ABSTRACT

DE OLIVEIRA, Jéssica Pereira. **Indigenous and indigenist politic in the thought of Manuel Gamio**. Fernando Luiz Vale Castro. Rio de Janeiro: UFRJ / IFCS / Departamento de História; **órgão financiador**, 2018. Monografia (Bacharelado em História).

The years of the Mexican Revolution and subsequent were extremelly important for the construction of Mexico's nacional identity. The objective of this research is to analyse the indigenous participation in the construction of nacional project. First, there is an analysis of the historical context and, later, of the indigenist politics that emerged during and after the revolution and attempted to delimit the indigenous participation in the mexican nacional project.

Sumário

1. Introdução	1
2. A Revolução Mexicana	2
3. Manuel Gamio e as políticas indigenistas	20
4. Conclusão	36
5. Referências bibliográficas	37

Introdução

De um modo geral, esta monografia tem como objetivo analisar, à luz da História Intelectual, as políticas indigenistas desenvolvidas no México e examinar suas evoluções antes, durante e depois, da Revolução Mexicana. Para isso, faz-se necessário entender o contexto social e político que resultou na eclosão da Revolução Mexicana, iniciada em 1910, e analisar, também, os principais personagens que a protagonizaram até o ano de 1917, a fim de compreender, de maneira mais profunda, a sociedade e suas demandas.

O primeiro capítulo tem como finalidade evidenciar que a participação internacional e dos governos mexicanos influenciaram diretamente a questão de terras - o que acabou atrelando o jogo de interesses políticos e econômicos à questão da criação da identidade nacional mexicana - bem como afetaram a formação da identidade indígena. A historiografia mostra o quanto os grupos sociais utilizaram da importância dos indígenas e de suas aldeias para alcançar o poder, mas não os englobavam em suas políticas após alcançar seus objetivos, demonstrando que havia um jogo de interesse em incluir e excluir os indígenas da participação do processo de formação do Estado mexicano. Por fim, é de fundamental importância a compreensão do contexto vivido no México para apreender as evoluções das políticas indigenistas e a importância dos indígenas no rumo e construção da revolução e do Estado.

No segundo capítulo, sob uma perspectiva teórica, mostrarei como as leis de terras, conhecidas como Lei do Lerdo e a Lei de 1856, modificaram a vida e o cotidiano de diversas aldeias, além da tentativa de descaracterizar o índio. A singularidade da luta de Emiliano Zapata e do movimento Zapatista, durante e depois da revolução mexicana, demonstra que as ações indígenas não foram marcadas por passividade e sim por atitudes que declaravam o posicionamento e a luta por seus próprios interesses. No segundo momento do capítulo, analisei a obra “Forjando a Patria”, escrita pelo intelectual Manuel Gamio, com o intuito de evidenciar as transformações propostas por ele e, sobretudo, demonstrar a importância delas para a evolução das políticas indigenistas e para a formação da identidade nacional mexicana. O autor propõe projetos - principalmente quando comparadas às políticas usadas antes e nos primeiros anos de Porfirio Díaz - que modificam o pensamento da época sobre a questão indígena, uma vez que a relaciona à educação e utiliza-se de conceitos de raça e miscigenação a fim de incluir os povos indígenas na identidade do México e determinar suas rupturas e continuidades.

A Revolução Mexicana

Desfrutando de seis mandatos, de 1876 a 1911, com uma pequena lacuna do 1880 a 1884, já que o governo ficou com o General Manuel González. Isso porque Díaz resolveu manter sua palavra em não concorrer à reeleição, acalmando os ânimos das oligarquias mexicanas. Para Júlia Rany Campos Uzun¹, o governo no General González pode-se encaixar no conceito de “porfiriato”, também defendido pelo autor Friedrich Katz² que trabalhava na ideia de um governo transitório e influenciável. Quando retornou a figura de presidente, em 1885, Porfirio Díaz, deu continuidade ao projeto liberal que acarretou a modernização do país.

“Mantendo sua promessa, Díaz não foi candidato nas eleições presidenciais de 1880; em seu lugar concorreu o general Manuel González, em sucessor escolhido a dedo. Muitos achavam que González era o mais corrupto e o menos capaz dos protegidos de Díaz. Provavelmente seria um adversário fraco se Díaz decidisse concorrer a outro mandato”.³

Com o passar dos anos e dos seus mandatos, as características dessa modernização, que segundo Katz foi baseada no capital estrangeiro, abriu portas para indústria de base. Para alcançar a estabilidade política, Díaz teve que fazer algumas modificações: o sonho da democracia, igualdade e industrialização foram sendo substituídos pelo autoritarismo, dominação oligárquica e massacrado por uma ditadura que ainda dependia da estrutura colonial. Além disso, o processo de modernização do México abriu espaço para um forte investimento estrangeiro, incorporando sua economia ao mercado internacional.

¹ Júlia Rany é aluna do Programa de Doutorado em História Cultural da Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP. É Mestre em História Cultural (2013), Licenciada (2006) e Bacharel (2007) em História pela mesma Universidade. Tem experiência em História Contemporânea, História da Educação, História da América Latina, México independente, memória e estudo de imagem.

² Friedrich Katz (1927-2010) foi antropólogo e historiador de origem austríaca especializado na história da América Latina dos séculos XIX e XX, particularmente, da Revolução Mexicana.

³ História da América Latina: de 1870 a 1930, volume V/ Leslie Bethell organização; tradução Geraldo Gerson de Souza – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Imprensa Oficial do Estado; Brasília Fundação Alexandre de Gusmão, 2002. In: KATZ, Friedrich. O México: A República Restaurada e o porfiriato, 1867-1910, pp. 46-47, 2002.

Segundo os autores Hector Camín⁴ e Lorenzo Meyer⁵, o investimento estrangeiro subiu de 110 milhões de pesos em 1884 a 3,4 bilhões em 1910. Dessa forma, houve um aumento no investimento em alguns setores da economia mexicana, principalmente na tecnologia e na infraestrutura. Tendo a mineração como principal destaque, o crescimento do setor ferroviário subiu para 20 mil quilômetros, o que ajudou o desenvolvimento do setor da agricultura e dos metais preciosos. A evolução econômica não parava, subindo 2,7% ao ano e as taxas de importação e exportação ampliaram o orçamento do Estado de 7 milhões, em 1896, para 24 milhões em 1906. Além disso, a renda *per capita* cresce 5,1%, em 1907. Ora, se de acordo com os dados apresentados o México estava vivendo um grande momento, o que justificaria a Revolução de 1910? Seria cansaço dos 30 anos de Porfirio no poder? Ou por que todo esse crescimento era somente para alguns? Um motivo não anula o outro, pelo contrário, justifica. A revolução, como será observado adiante, ultrapassou os motivos políticos, alcançando as esferas econômicas e, principalmente, as sociais.

Apesar do crescimento econômico, poucos avanços e melhorias foram sentidas pelos mexicanos. Já que os interesses corporativos se faziam maiores, a igualdade foi substituída pela estagnação social, pois os investimentos estrangeiros não eram revertidos para o progresso da sociedade, mas, de maneira oposta, contribuía para a acumulação de bens privados internacionais. O uso das ferrovias também trouxe consequências negativas, uma vez que o preço de terras ociosas subiu consideravelmente e houve o isolamento de centros comerciais tradicionais, dificultando a arrecadação dos trabalhadores rurais e das oligarquias.

“Em muitas partes do México via-se uma classe média descontente, indignada com sua exclusão do poder político, aparentemente colhendo apenas as migalhas da prosperidade econômica do México, e irritada com o papel cada vez mais importante que os estrangeiros desempenhavam na estrutura econômica e social do país”.⁶

⁴ Hector Camín (1946) é autor, jornalista e historiador mexicano, graduado em Ciências da Informação na Universidade Ibero Americana e doutor em História pelo El Colegio de Mexico.

⁵ Lorenzo Meyer (1942) é historiador, acadêmico e professor emérito do Colégio do México e membro do Sistema Nacional de Pesquisadores do Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia do México, formado em Relações Internacionais pelo Centro de Estudos Internacionais do Colegio de México e pós-doutorado em Departamento de Ciência Política pela Universidade de Chicago.

⁶ KATZ, pp 95, 2002.

Os avanços tecnológicos destruíram a economia camponesa levando-os à fome e, principalmente, à migração para os centros urbanos, o que fez com que a imagem de Porfírio se tornasse cada vez mais negativa. Assim, o medo imposto pela sua ditadura vai se transformando em insatisfação e revolta.

Enquanto isso, a política externa, também contribui para insatisfação e declínio do governo, o que se tornou outro ponto agravante foi a consequência do alinhamento da economia mexicana com a americana, pois esse vínculo gerou dependência não somente para os americanos, mas também das flutuações do mercado internacional. Em 1907, a bolsa de valores de Nova York⁷ sofreu uma queda de 50%, o que resulta uma recessão e, como o esperado, o México também é atingido por esses abalos econômicos. Consequentemente, a classe média, formada por oligarquias dissidentes, é a primeira a sentir as altas taxas inflacionárias e cortes salariais. Além disso, a disputa capitalista desordenada entre empresas internacionais e grandes empresários mexicanos tirava cada vez mais as chances de crescimento do resto da população que recebia a responsabilidade financeira da crise por parte dos chamados científicos, grupo de políticos e intelectuais que eram extremamente ligados a Díaz. Ganharam e centralizaram grandes poderes locais, sendo tão forte quando o governo oficial. Ajudando Porfírio na modernização, segundo Júlia Rany, os científicos basearam-se na política positivista de “ordem e progresso” que também ficou conhecido como “ditadura social” por seguir à risca a constituição (1857), dando ao governo um caráter autoritário. Katz ainda afirma que o presidente possuía o controle do Judiciário e do Congresso mexicano.

A insatisfação econômica logo recaí para a política. Após a crise, os *hacendados* do Norte, principalmente os Estados de Sonora, Chihuahua e Coahuila, caracterizados como dissidências, começam a estabelecer um novo tipo de relação com a população camponesa. Ao invés da crise gerar conflitos entre fazendeiros e camponeses, as medidas tomadas constroem um novo tipo de relação, a paternalista⁸, uma vez que com auxílio dos

⁷ A crise foi desencadeada pela tentativa falhada de encurralar o mercado de ações da United Copper em outubro de 1907. Quando essa tentativa falhou, os bancos que haviam emprestado o dinheiro para o esquema de encurralamento foram alvo de corridas aos depósitos, que mais tarde se estenderam a bancos e sociedades fiduciárias associadas, levando uma semana mais tarde à ruína da Knickerbocker Trust Company — a terceira maior sociedade fiduciária de Nova Iorque. O colapso da Knickerbocker espalhou o medo entre as sociedades fiduciárias da cidade à medida que os bancos regionais levantavam as suas reservas nos bancos de Nova Iorque. O pânico estendeu-se pela nação à medida que grande número de pessoas levantava os seus depósitos nos seus bancos regionais.

⁸ Termo utilizado pelo autor Friedrich Katz, em *O México: A República Restaurada e o Porfiriato, 1867-1910*. In: *História da América Latina*, volume V.

fazendeiros, os camponeses começam a ter acesso a escolas e hospitais que acabam estreitando os laços entre a sociedade.

“Eles não precisavam confrontar-se com uma massa de camponeses, cujas terras fossem forçados a expropriar. Como os peões de suas fazendas recebiam os mais altos salários e desfrutavam de maior liberdade do que em qualquer outro lugar da zona rural mexicana, criaram-se um novo tipo de relação paternalista entre esses fazendeiros e seus empregados”.⁹

Dessa forma, os grandes fazendeiros ganhavam a lealdade que gerava a ideia de igualdade nessas regiões, transformando-as nas maiores resistências e oposições ao governo no México entre 1907 a 1910.

A postura de insatisfação desses Estados já vinha de tempos. Em 1903, a família Madero já havia formado uma coligação de fazendeiros no Estado de Coahilda para reagir às investidas de empresas norte americanas de monopolizar o direito à água. Já em Chihuahua, a dominação dos científicos foi maior, pois a família Terrazas dominou todo o Estado, dando liberdade e concessões aos americanos. O projeto de uma ferrovia chamada Kansas Pacific Railroad, foi responsável pela expropriação de terras de vários camponeses, que teve como embasamento uma nova lei agrária que estabelecia que não era mais obrigatório vender terras a quem oferecesse mais. Dessa forma, a escolha de quem ficava com as terras estava nas mãos dos “jefes políticos”, que sempre beneficiava as empresas americanas, deixando os camponeses sem suas terras. Dessa maneira, pode-se dizer que a maior oposição do governo de Díaz se encontra no Norte é compreensível, uma vez que os ataques sofridos tanto pelos fazendeiros quanto pelos camponeses foram maiores nessa região, incluindo as iniciativas norte-americanas que recebiam apoio de Díaz, e por isso possuem mais resistência. Mas ainda assim, dentro desse panorama, o governo de Díaz continuou forte e sem brechas a oposição, consolidando seu poder e seu projeto político.

Em 1908, Porfirio Díaz anunciou, em uma entrevista, que o México já estaria preparado para democracia. Katz acredita que tal declaração fez com que surgissem movimentações para criação de novos partidos e mudanças políticas, o que resultou na apresentação de Bernardo Reyes¹⁰ como candidato a vice-presidente de Díaz. Percebe-se que a alternativa de um governo sem Porfirio Díaz não entra em questão, pois a

⁹ KATZ, pp 96, 2002.

¹⁰ Bernardo Reyes (1850-1913) foi general do exército do México durante a presidência de Porfirio Díaz.

organização social e partidária se faz com objetivo de conseguir a vice-presidência, ou seja, não se buscava uma mudança política e social, mas garantir interesses das classes alta dissidente e média.

Com a popularidade do partido e com o prestígio de Reyes perante as forças armadas, Díaz logo o desfaz mandando Reyes para Europa numa missão militar, acabando com as pretensões do grupo em ganhar mais espaço político já que possuíam uma coligação parecida com a mesma que colocou Díaz no poder há 30 anos. Dessa forma, a classes média ficou sem sua maior influência dentro do Exército, ou seja, para pressionar ou derrubar Porfírio, seria necessária uma nova estratégia: recorrer a uma aliança com as camadas mais baixas mexicanas, incluindo os camponeses.

Segundo Katz, o receio de começar a motivar os camponeses e posteriormente não conseguir segurá-los era maior do que o medo do governo de Díaz, por isso, os mais conservadores e os Estados centrais do México desistiram de adotar um posicionamento mais ativo contra o presidente, o que não ocorreu com os Estados do Norte, uma vez que, como já abordado, essas regiões não possuíam receios em relação aos camponeses, pelo contrário, havia um alto grau de unidade e apoio. Portanto, quando a ausência de Reyes e o medo das classes mais baixas desmobilizaram a oposição nos estados centrais, os do Norte reafirmaram suas alianças com os camponeses e consolidaram ainda mais sua resistência. Aqueles que ainda desejavam fazer oposição ao governo começaram a apoiar o Partido Reelectionista, – criado no Estado de Coahuila por Francisco Madero – que se tornou um grupo amplo, heterogêneo e o único que contava com a participação de diversas classes sociais.

Madero, que acreditava na democracia parlamentar, na livre imprensa e no poder do povo por meio das eleições, se transformou em figura pública em 1908, quando lançou um livro que criticava o absolutismo e as influências negativas de um poder ilimitado a um só homem. Já que para Porfírio o Partido Reelectionista não gerava muita preocupação, Madero, em 1909, se sentiu livre em fazer uma tranquila e grande campanha eleitoral, pois, para Díaz, sua maior preocupação ainda seria o Partido Democrata de Reyes. Entretanto, quando o partido foi dividido e derrotado, muitos ingressaram no partido de Madero, que por sua vez já tinha grande visibilidade nacional graças à liberdade que possuíam pelo descaso de Díaz.

Paralelamente, a política externa do governo de Díaz com os Estados Unidos tornava-se cada vez mais instável. O intervencionismo americano era tão intenso que passou a incomodar quem mais os apoiava. Com isso, Díaz e os científicos começaram a ficar indignados com o expansionismo estadunidense e tinham medo de que as grandes empresas ocupassem o lugar das médias empresas mexicanas, ou seja, estariam substituindo ao invés de estarem investindo. Talvez o maior erro de Díaz tenha sido não voltar atrás e atender às demandas das classes médias em medidas de caráter mais nacionalistas, já que, ao invés disso, Porfírio buscou enfraquecer os norte-americanos dando apoio a empresas Europeias, tendo a Inglaterra foi sua maior beneficiada¹¹.

Com medo de uma indignação generalizada e de que as motivações da classe média ganhassem força com a comprovação da má influência dos Estados Unidos no México, Porfírio Díaz mantém suas investidas contra os americanos escondidas, contando somente com o apoio dos científicos. Dessa forma, para John Womack¹², ele vive os últimos anos de seu governo de forma contraditória, uma vez que os americanos se encontravam totalmente insatisfeitos com suas medidas. Em contrapartida, setores internos contrários ao governo ainda via Porfírio como um grande entreguista das riquezas mexicanas.

“Consequentemente, em 1910 sua administração achava-se numa situação paradoxal. No México, enquanto as medidas políticas do presidente indignavam cada vez mais algumas empresas norte-americanas e a própria administração de Washington, a oposição via nele um satélite dos Estados Unidos, no cômputo final, esse paradoxo iria contribuir enormemente para sua queda”.¹³

Em junho de 1910, mesmo com as fortes pressões internas e externas, um pouco antes das eleições, Porfírio consegue acabar com a ameaça que se tornará Madero, que foi preso sob a acusação de perturbação da ordem pública. Dessa maneira, para o governo, as ameaças mais sérias tinham sido neutralizadas uma vez que os dois partidos opositores tiveram suas atividades praticamente anuladas e nas eleições de junho seria anunciada a

¹¹ A Inglaterra visava o petróleo para uso de combustível para sua marinha, incentivando que o governo mexicano cedesse, então, concessões e contratos exclusivos que ajudavam nos interesses ingleses

¹² Historiador da América Latina, particularmente do México, da Revolução Mexicana (1910-1921) e Emiliano Zapata. John Womack (1937) se concentrou na história mexicana moderna, com interesses na história cubana e colombiana, liderando pesquisas em história agrária, industrial e do trabalho. Depois de sua monografia sobre Zapata, que inspirou muitos outros estudiosos para prosseguir os projectos sobre a história rural de base, ^[2] Womack deslocou seu interesse para a história da classe trabalhadora urbana

¹³ KATZ, pp. 101, 2002.

vitória de Díaz. Além disso, o Partido Reelectionista – que acusou fortemente as eleições de fraudulentas – segundo o governo, não tinha conseguido votos suficientes nem para ocupar cadeiras no Congresso. O governo sentia-se tão seguro após abafar com sucesso suas oposições, que, em julho, um mês depois das eleições, Porfirio concorda em soltar Madero, o qual foge para o Texas em outubro para organizar um plano de tomada de poder.

Segundo Womack, o porfiriato se tornou um regime insustentável, não porque sua política já não dava resultados, mas porque sua saída do poder garantiria os interesses das outras classes, ou seja, maior abertura do mercado e dos negócios mexicanos, assegurando a expansão econômica. Nesse sentido, Francisco Madero, do Texas, declara-se presidente provisório acusando as eleições de fraudulentas. Elaborando planos de revolução, Madero cria o Plano de San Luis Potossí¹⁴, que é de fundamental importância para entender o apoio dos camponeses em todo México e não somente dos Estados do Norte. Uma pequena cláusula do plano prometia uma revisão de terras perdidas dos aldeões e camponeses colocando a questão agrária nos planos revolucionários. Em paralelo, os proprietários rurais foram atraídos pelas possíveis mudanças no cenário político, que até então só beneficiavam empresas estrangeiras, resultando, assim, problemas financeiros.

Após as iniciativas de resistências por parte de Madero, quando convocou o povo para se rebelar acabou não surtindo efeito. A revolta no estado de Coahuila não foi realizada, o que gerou insegurança, pois era seu estado natal e suas expectativas eram grandes em relação à resposta do seu povo. Todavia, para surpresa de Madero e Díaz, uma revolta em Chihuahua foi liderada por Pascual Orozco¹⁵ e Pancho Villa¹⁶, que passaram a dominar grande parte do Estado e renovaram as esperanças de Madero.

Em fevereiro de 1911, Francisco Madero abandona o Texas e junta-se aos guerrilheiros e camponeses em Chihuahua para organizar a tomada do México. Desse modo ele conhece Francisco Villa, que se tornará um importante líder da revolução para os camponeses que buscavam recuperar suas terras. Em várias partes do México começam a surgir revoltas locais – formados por camponeses e anarquistas guerrilheiros - tomando

¹⁴ O documento convocava o levantamento em armas para levar a cabo o derrube do porfiriato, o estabelecimento de eleições livres e democráticas, assim como também se comprometia a restituir aos camponeses as terras que lhes haviam sido arrebadas pelos fazendeiros.

¹⁵ Pascual Orozco (1882-1915) foi um líder revolucionário mexicano que, após o triunfo da Revolução Mexicana, se rebelou contra Francisco Madero e reconheceu o golpe de Estado liderado por Victoriano Huerta e o governo que dele resultou.

¹⁶ Pancho Villa (1878-1923) foi o general comandante da Revolução Mexicana.

idades, instalando caos e insegurança. O Estado de Morelos, localizada no centro do México, teve sua revolta organizada e liderada por Emiliano Zapata¹⁷ enquanto outros líderes incitavam a revolução em Coahuila. Logo, a maior parte rural mexicana estava nas mãos dos revoltosos.

Para evitar o descontrole social e político dentro da sociedade, Porfirio Díaz tenta estabelecer acordos com Francisco Madero. Em maio de 1911, Madero aceita o Tratado de Ciudad Juárez – que tinha como objetivo assegurar o controle do movimento e garantir seus objetivos e sua subida ao poder – mantendo um sistema capitalista forte e seguro com apoio dos Estados Unidos. Seria uma troca de poder feita de forma segura acabando, assim, com os aspectos violentos da revolução iniciada em 1910, uma vez que Porfirio prometeu seu afastamento do governo e um governo provisório até a realização das eleições democráticas, e em troca Madero ajudaria na contensão da luta armada e no descontrole da sociedade mexicana. De fato, ajudou. Até as eleições de outubro, Madero trabalhou juntamente ao governo provisório na dissolução e na desarticulação do exército revolucionário, o mesmo que o colocou no poder, deixou de lado as promessas feitas no Plano de San Luis de Potossí.

Pode-se perceber, portanto, que Madero não queria uma revolução, ou seja, seu objetivo não era uma nova forma de governo ou um novo ordenamento, muito menos afastar os interesses internacionais, mas a permanência do sistema político, sem que houvesse o rompimento das estruturas já estabelecidas, configurando, na verdade, uma reforma política na sociedade mexicana que garantisse seus interesses. Além disso, ele não levou em consideração que a revolta que ele tinha levantado não era um movimento homogêneo e coeso, mas uma “fissura na represa” (2000, p. 32) – seguindo a expressão de Hector Aguiar Camín e Lorenzo Meyer.

Depois de selar o acordo com Díaz e ganhar as eleições em 1911, Madero sofre forte oposição dos seus apoiadores ainda em seu governo provisório, mas principalmente do setor camponês, por conta da questão agrária, o que não era esperado pelo presidente, já que, em sua concepção, a Revolução Mexicana tinha acabado em 1911 com sua subida ao poder.

¹⁷ Importante líder na chamada Revolução Mexicana de 1910 contra a ditadura de Porfirio Díaz, Emiliano Zapata (1879-1919) foi considerado um dos heróis nacionais mexicanos. Era conhecido como *Caudillo do Sul*.

Sentindo-se altamente traído, Emiliano Zapata foi o responsável por organizar uma campanha ao sul do Estado de Morelos, chamado de Plano Ayala¹⁸, que retomava as exigências do Plano San Luis de Potossí com algumas adições, atuando principalmente na questão agrária.

“ni transacciones ni componendas políticas hasta no conseguir el derrocamiento de los elementos dictatoriales de Porfirio Díaz y don Francisco I. Madero, pues la Nación está cansada de hombres falaces y traidores que hacen promesas como libertadores pero que, al llegar al poder, se olvidan de ellas y se constituyen en tiranos”.¹⁹

Foi contra o regime que Madero preservou e exigiu a devolução de terras às aldeias, o qual foi combatido por forças federais, a mando do então presidente Francisco Madero, para impedir Zapata de desencadear uma possível revolução social que Madero tanto lutou para combater na subida à presidência. O movimento zapatista gerou um profundo incômodo, resistiu por nove anos e se espalhou até o norte do país por possuir uma proposta clara e homogênea, que é resultado de suas especificidades que será tratado com mais profundidade quando discutir as políticas indigenistas.

Enquanto isso, os arranjos econômicos planejados por Madero davam resultado. A economia expandiu-se como previsto e o número de empregos cresceu, assim como a quantidade de pessoas nos centros urbanos. Logo, fez-se necessário uma melhor organização trabalhista, movimentos sindicais – agora muito mais organizados, exigiam a diminuição da jornada de trabalho de 10 horas para 8 horas diárias, além de aumento salariais – e greves começaram a aparecer por toda cidade como forma de resistência dos sindicatos causando problemas para o governo de Madero. Em contrapartida, a melhoria na economia gerou o acirramento nas disputas das grandes empresas pelo petróleo, abalando o governo.

Em 1912, a revolta em Chihuahua, justificada pela insatisfação do aumento dos impostos, leva Ozoco – antes um aliado - ao estado, contra Madero, com 8 mil homens destruindo as forças federais. Os Ozoquistas lutavam pelas melhorias sociais e terras que foram prometidas por Madero em 1911. Insatisfeito pela revolta, Madero, então, entrega

¹⁸ Plano Ayala foi uma proposta criada por Emiliano Zapata que constituía na derrubada do governo de Madero e um processo de reforma agrária que propunha a distribuição de 1/3 das terras de todos os latifundiários e a reorganização das propriedades rurais.

¹⁹ PLAN DE AYALA, pp.437, 1979.

ao general Victoriano Huerta²⁰ a missão de acabar com a revolução nortista. Para Womack, a disputa pelo Norte colocou o governo numa grave crise financeira e, com os altos gastos para garantir a vitória, Madero é obrigado a pegar empréstimos com bancos americanos para saldar juros de dívidas externas. O que mais marca esse episódio é que esse empréstimo é feito no banco que os grupos científicos apoiavam, evidenciando a dependência de Madero a classe que ele mais criticava no governo Díaz. Ainda como resultado da revolta, o efetivo militar cresce, tornando-se um exército de 60 mil homens e mais 5 generais de divisão, o que impulsiona consideravelmente o crescimento da receita do exército. Dessa forma, Madero começa a ter dívidas com o setor.

Além de se preocupar com o centro urbano e revoltas camponesas no norte e sul do país, a mudança presidencial dos EUA também traria grandes preocupações. Com desconfiança em relação à Madero e com alguns meses até seu sucessor assumir o cargo, Howard Taft²¹, o presidente americano, apoiou golpes militares com o intuito de colocar no governo mexicano um líder pró norte-americano, no caso, Porfírio Díaz. Womack demonstra claramente que os EUA não apoiaram Madero por ser uma melhor escolha – e sim a menos pior – já que tinham medo das camadas mais baixas chegarem ao poder e acabar com os acordos vantajosos que beneficiavam as empresas norte-americanas, pois acreditavam que com Madero possuiriam maior controle político até chegar o momento de recolocar Díaz no poder. Dessa forma, Francisco Madero encarou três tentativas de golpe, caindo no último. Os planos consistiam em soltar Díaz e Reyes - este preso por Madero quando volta ao México tentando a presidência, para então colocá-los no poder. Na tentativa de invasão do Palácio Nacional, Reyes acaba sendo morto. Após a vitória sobre ozoquistas, Madero chama novamente Huerta para encerrar a nova ameaça no Palácio, a batalha se espalha por toda cidade e resulta numa grande quantidade de civis mortos diariamente.

Como a situação torna-se instável, Porfírio Díaz e o governo americano, representado pelo juntam esforços e pressionam para renúncia de Madero. Traído por um dos seus principais generais, Victoriano Huerta, em 1913, em Ciudadela, fez com que Madero e seu vice fossem detidos. Huerta declarou-se, então, comandante do país e foi

²⁰ Victoriano Huerta (1845-1916) foi um general mexicano que assumiu a presidência do país de 1913 a 1914 por meio de um golpe de estado. Importante figura da Revolução Mexicana, Huerta lutou contra Emiliano Zapata e Pancho Villa.

²¹ Howard Taft (1857-1930) foi advogado e político norte-americano que serviu como o 27º Presidente dos Estados Unidos de 1909 a 1913 e também 10º Chefe de Justiça dos Estados Unidos entre 1921 e 1930, a única pessoa na história a servir nos dois cargos.

apoiado pelas forças armadas mexicanas e pelos norte-americanos. Junto com Porfirio Díaz, Huerta foi à embaixada americana assinar um acordo que o declarava presidente provisório. No dia 22 de fevereiro de 1913, Madero foi assassinado, iniciando uma nova etapa do processo revolucionário mexicano.

“[...] Huerta ordenou um cessar-fogo, determinou a detenção do presidente, do vice-presidente, dos membros do Gabinete, de Gustavo Madero e general mais chegado aos Madero, Felipe Ángeles, e declarou-se no comando do país.[...] Huerta seria presidente provisório, nomearia um gabinete de católicos, científicos e reyistas e – a coisa mais importante para o embaixador – apoiar a campanha de Díaz na “eleição futura” para presidência regular”.²²

Segundo John Womack, as novas lutas políticas do México começam quando o novo governante norte-americano, Wilson, não reconheceu o governo de Huerta. Na verdade, eles acreditavam que o golpe contra Madero representava um contragolpe, arquitetado pelos científicos que buscavam favorecer os ingleses. Dessa forma, a Inglaterra, receosa com os Estados Unidos conseguir reafirmar sua influência no México, logo reconheceu o governo de Huerta. Do outro lado, os Estados Unidos negam esse reconhecimento, esperando que assim gerasse motivação para uma nova movimentação revolucionária no México e, sucessivamente, uma nova troca de poder que fosse mais favorável aos americanos. Como consequência, bancos e empresários ficam temerosos em relação ao México conseguir honrar seus compromissos sem o apoio americano. Tal cenário mostra como a política externa e o poder de intervenção da Inglaterra e dos EUA mexiam de forma alarmante na trajetória política e social dos mexicanos. Causando golpes e contragolpes, buscando os governantes que melhor atendessem suas expectativas econômicas.

A economia começou a despencar e os sindicatos pressionavam, ganhando destaque nacional. Além disso, cabe destacar que a maioria dos governadores mexicanos reconheceram o governo de Huerta, mas nem todos gostaram da volta ativa dos científicos ao poder, então, o clima no México encontrava-se totalmente instável. Dessa forma, focos de lutas armadas foram desencadeados por todo o México, sendo as mais perigosas na fronteira setentrional. Novamente, Sonora, Chihuahua e Coahuila tornam-se principais

²² História da América Latina: de 1870 a 1930, volume V/ Leslie Bethell organização; tradução Geraldo Gerson de Souza – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Imprensa Oficial do Estado; Brasília Fundação Alexandre de Gusmão, 2002. In: WOMACK, John. A Revolução Mexicana, 1910-1920. pp, 121, 2002.

focos de lutas. Ao Sul, insatisfeitos e lutando desde 1911, estados declaravam independência e organizavam exércitos regulares. Francisco Villa resistia em Chihuahua e incentivava regiões próximas. Em Coahuila, o governador Venustiano Carranza²³, influente para famílias nortistas, conseguiu mobilizar a região e fazer frente à Huerta.

Em março de 1913, o Plano de Guadalupe²⁴ foi criado, colocando Carranza como chefe e líder do exército constitucionalista, unindo as forças do Norte com Pancho Villa. Tal plano não tinha objetivo de incentivar mudanças sociais e econômicas, todavia, as turbulências da revolta se faziam pela política e não levavam a cabo nenhuma medida social pedida pelas massas, como a reforma trabalhista ou agrária. John Womack afirma que o jogo de interesses dificultava o desfecho da revolução: enquanto no Sul Zapata ganhava força e destaque nacional, Huerta, nos Estados centrais, desfazia o acordo que selou com Díaz e os americanos. O novo golpe huertista exilou o ex-presidente mexicano e aumentou consideravelmente seu exército em quantidade e força com o apoio da potência inglesa. Além disso, Huerta mantinha sua influência em dois terços do país e continuava com os portos sob seu controle.

Com o cenário nada favorável e após a derrota para o exército federal, as forças constitucionalistas, lideradas até então por Carranza, passam por momentos de crise. A verdade é que os grupos sempre foram movidos por interesses diferentes, mas, em um determinado momento, decidem juntar forças para derrotar o governo já que era objetivo em comum. Não houve questionamento sobre, caso essa união atingisse seu objetivo, quem assumiria o poder. Dessa maneira, segundo John, quanto mais perto os constitucionalistas encontravam-se da vitória, mais ela se dividia internamente, visto que alguns ruralistas dependiam das baixas tarifas alfandegárias dos americanos e tinham medo de uma possível retaliação após a repreensão da coligação. Por outro lado, empresários ficaram felizes com a iniciativa de cobrar impostos das empresas petrolíferas americanas.

Como a tensão continuava crescendo, Carranza aumentou consideravelmente seu efetivo militar, nomeando novos comandantes e generais, e transferiu a sede de seu governo de Chihuahua para Saltillo, deixando Villa desconfiado de suas ações. Sentindo-

²³ Venustiano Carranza (1859-1920) foi um dos líderes da Revolução Mexicana. Acabaria por tornar-se presidente do México e foi durante o seu mandato que a actual constituição do México entrou em vigor.

²⁴ O Plano de Guadalupe foi manifesto proclamado por Venustiano Carranza em 26 de março de 1913, na Fazenda Guadalupe, propriedade de Carranza em Ramos Arizpe, Coahuila, em resposta ao derrube e execução de Francisco I. Madero, então Presidente do México.

se traído por não receber reconhecimento, renuncia o seu comando, dividindo ainda mais os revoltosos. Para causar mais instabilidade, Carranza ordena que as terras que foram conquistadas por Villa em suas campanhas sejam devolvidas aos seus proprietários. Após Villa ser reincorporado ao poder pelo seu próprio exército, as forças constitucionalistas decidem uma reunião que visava a reorganização de suas forças, afinal, o exército constitucionalista era a principal força armada de Carranza, não podendo gerar mais indisposições. Nasce, dessa maneira, a Divisão do Norte, que, por sua vez, nomeia Villa como Comandante geral das forças constitucionalistas e Carranza, como primeiro chefe.

Para Womack, outra mudança importante foi o alinhamento da Divisão em relação às atitudes a serem tomadas quando chegassem ao poder. Dessa forma, o Plano de Guadalupe foi modificado e radicalizado, transformando-se em um plano para estabelecer um governo regular. Sob o comando de Carranza, de forma provisória, a Divisão seria responsável por convocar uma junta constitucionalista e garantir as eleições sem a participação de Carranza. Além disso, estavam garantidos no plano a punição da Igreja Católica pelo apoio a Huerta, o bem-estar dos trabalhadores e a emancipação dos camponeses economicamente.

Os Estados Unidos começam a pressionar o governo de Huerta, que com a proteção inglesa, não cede, o que leva os americanos a apoiar as forças constitucionalistas e fazer tentativas de ações diretas com a invasão de soldados americanos no México. Todavia, os ataques sofreram represálias não só de Huerta, mas de alguns nortistas que também tinham a soberania mexicana como fato importante para garantir seus objetivos. Com fortes campanhas e vitórias, Carranza e Villa conseguem grandes avanços e ficam cada vez mais próximos de derrotar Huerta, que vem sofrendo não só com as investidas da Divisão Norte, mas também com a pressão de Zapata ao sul, além do forte descontentamento das classes urbanas e das massas trabalhadoras.

Após a batalha em Guadalajara, com a vitória constitucionalista, Huerta renuncia à presidência e foge para exílio, colocando em seu lugar Carbajal, antigo Ministro do governo Díaz. A intenção era pedir um cessar fogo e abrir canal para as negociações, o que foi negado por Carranza. Em sua última campanha para a conquista da capital, os Estados Unidos, com receio do rumo que as forças constitucionalistas estavam tomando, fizeram questão de lembrá-los a importância do reconhecimento americano para garantir a legitimidade ao governo de Carranza, que seria ameaçada caso os interesses americanos não fossem respeitados.

Com um discurso voltado aos interesses nacionais, Carranza segue com a campanha ignorando a ameaça americana, revendo suas estratégias para que Villa não participasse da conquista final e, com isso, diminuísse sua influência perante a população mexicana. Mostrando mais uma vez que ao chegar ao poder, as forças revolucionárias não somente se dividiam, mas também excluía camadas rurais, formadas de camponeses e aldeões. Dessa forma, após a subida de poder de Carranza, desencadeou-se uma luta interna para estabelecer a constitucionalidade do novo governo, além disso, o que dificultava a implementação sólida de um regime, era a heterogeneidade que compunha as forças vitoriosas.

Como foram divididas regionalmente, os exércitos acabaram absorvendo as demandas sociais locais, que, por sua vez, eram diferentes. No Nordeste e Noroeste havia forte presença de Maderistas e dos rurais, os quais dispensavam a redistribuição de terra. Pancho Villa, líder da principal força armada constitucionalista – Divisão Norte – que segundo Womack, possuía o exército mais heterogêneo, formado, a princípio, por camponeses que lutavam por terras. Com o desenrolar da revolução, foram incorporados ao seu comando mineiros, vaqueiros, ferroviários e desempregados que buscavam pagamento e prestígio militar. Dessa maneira, seus objetivos tomaram outro rumo, o autor esclarece o posicionamento de Villa em não dividir as *hacientas* que foram conquistadas nas campanhas, por ainda precisar de um exército atuante.

“A intenção de Villa era agradar os camponeses que haviam lutado sob seu comando para reclamar terras perdidas, e conceder “colônias” ao restante de seus soldados. Mas não pode prosseguir com seu plano, enquanto pudesse necessitar de um exército para operar fora de sua região, porque, assim que os homens obtivessem suas fazendas, não se descolariam facilmente para lutar em lugares distantes”.²⁵

Assim, continuou atuante e, depois de ser abandonado por Carranza, anunciou simpatia aos Estados Unidos e uniu forças aos antigos maderistas que buscavam retornar ao cenário político para uma restauração conservadora, tornando-se a última esperança norte-americana em busca pelo controle e influência. Todavia, as forças do Sul, comandadas por Zapata, eram as mais uniformes e decididas, seu exército não recebia

²⁵ História da América Latina: de 1870 a 1930, volume V/ Leslie Bethell organização; tradução Geraldo Gerson de Souza – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Imprensa Oficial do Estado; Brasília Fundação Alexandre de Gusmão, 2002. In: WOMACK, John. A Revolução Mexicana, 1910-1920. pp, 139, 2002.

salário e não eram profissionais. A grande diferença de Zapata era que o exército do Sul não pertencia a ele, mas às aldeias que ficaram responsáveis por se organizar e selecionar soldados e chefes para auxiliar na revolução, posto que estavam decididos a buscar por mudanças sociais e econômicas.

“De todos os exércitos revolucionários, o Exército do Sul, zapatista, foi o mais simples. Não era profissional; seus 15 mil soldados regulares e dez mil guerrilheiros, na época, não recebiam pagamento. O Exército do Sul não pertencia a Zapata ou a ele e todos os seus chefes, mas às aldeias, gozando de sua confiança e confiando nelas, os chefes do Sul eram, portanto, os mais decididos de todos os revolucionários a fazer sérias mudanças econômicas e sociais”.²⁶

Outro ponto destacado pelo autor foi a importante participação ativa de Manuel Palafox²⁷ – intelectual e político que ganhou a confiança de Zapata –, que foi colocado como administrador dos quartéis gerais. Responsável e essencial para organização do território, enquanto o exército acabava com os monopólios, os chefes, junto com Palafox, reorganizavam o comércio à necessidade local, redistribuíam as terras desapropriadas e, o mais importante, conseguiram ocupar novamente suas antigas terras. Essa ideia de unidade dava confiança ao povo que tinha Zapata como herói do sul. Com Villa, como supracitado, eles encontraram revolucionários antigos, como os maderistas, que apoiariam uma nova revolução de caráter restaurador e, ademais, Villa já tinha declarado apoio à proposta norte-americana. Após os americanos selarem acordo com Villa e contar com a presença dos maderistas, era necessário ganhar o apoio mais popular. Ao observar a trajetória de Zapata no Sul, sua popularidade perante as aldeias e pueblos e sua força militar tornaram-se essenciais para unificação.

Em outubro de 1914, o Programa Ayala foi parcialmente aprovado, determinando a redistribuição de terras e, assim, as forças de Villa e Zapata uniram-se. A partir disso, Carranza, com a intenção de manter sua autoridade e poder, tenta flexibilizar seu governo e marca a Convenção dos delegados constitucionalistas, entretanto, essa já não conta com a presença dos delegados da Divisão do Norte e do Sul. Dessa maneira, proclamado

²⁶ História da América Latina: de 1870 a 1930, volume V/ Leslie Bethell organização; tradução Geraldo Gerson de Souza – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Imprensa Oficial do Estado; Brasília Fundação Alexandre de Gusmão, 2002. In: WOMACK, John. A Revolução Mexicana, 1910-1920. pp, 139, 2002.

²⁷ Manuel Palafox (1886-1959) foi político mexicano, soldado e intelectual. Ele liderou as negociações com o Exército Constitucional de Venustiano Carranza, que fracassou devido à obstinação do último.

Primeiro Chefe pela Convenção, segundo Womack, Carranza buscou apoio dos generais do Nordeste e Noroeste subordinando quase todos os exércitos dessas regiões e alcançando uma resistência surpreendente. Do outro lado, Villa e Zapata decidem invadem e ocupam a capital mexicana, juntos. A guerra civil e as disputas políticas entre os revolucionários – envolvendo forças internacionais – se deram até outubro de 1915. Nesse período, o efetivo militar de ambos os lados cresceu totalizando 160 mil homens. Os Estados Unidos aumentaram suas apostas em Villa e Zapata, colocando mais pressão nos Carrancistas.

Em junho de 1915, os Estados Unidos, preocupados com a desordem e o descontrole da política mexicana – que afetava seus interesses – pediu à Villa cessar fogo e abrir um canal para negociações que foi negado por Carranza já que possuía um efetivo militar superior naquele momento. Em outubro, os Estados Unidos ameaçaram uma nova intervenção no México, mas, se Carranza realmente estivesse disposto a “um esforço verdadeiro para unir todas as partes e grupos”²⁸, então os norte-americanos pensariam na possibilidade de reconhecer seu governo.

Após o reconhecimento do governo de Carranza, Villa e Zapata foram caracterizados como rebeldes de um governo legítimo, considerados uma ameaça a reconstrução mexicana. Reconstrução essa que tinha o objetivo de começar forte e com a presença internacional, mas relação de Carranza e Wilson foi marcada por altos e baixos, principalmente após o ataque de Pancho Villa a americanos residentes no Novo México, o que gerou uma retaliação por parte dos norte-americanos e causou sérias ameaças de intervenção no México

“[...] Villa atravessou a fronteira com 500 guerrilheiros e atacou Columbus, no Novo México, matou dezessete norte-americanos e retirou-se para as montanhas de Chihuahua. Seu objetivo era destruir a ligação entre Carranza e os Estados Unidos, obrigar os generais de Carranza a derrubá-lo do poder e negociar com eles uma nova coligação revolucionária”.²⁹

Apesar de não atingir seu objetivo, para Womack o que não faltava era pressão, principalmente internas, a sociedade mexicana, por não ter mais a moeda pelo padrão

²⁸ HALEY, *Revolution and Intervention...*, op. Cit., p. 164.

²⁹ História da América Latina: de 1870 a 1930, volume V/ Leslie Bethell organização; tradução Geraldo Gerson de Souza – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Imprensa Oficial do Estado; Brasília Fundação Alexandre de Gusmão, 2002. In: WOMACK, John. *A Revolução Mexicana, 1910-1920*. pp, 155, 2002.

ouro, sofreu com os altos níveis de inflação e, conseqüentemente, com a queda do poder de compra, afetando a grande e média burguesia. Os trabalhadores se organizaram e fizeram grande pressão. No início, sobre forte repressão, o governo conseguiu reprimir o movimento, mas, com o agravamento da crise, o movimento sindical organizou greves gerais afetando, principalmente as produções industriais e ferroviárias. Sem mais saída, o governo federal fez algumas mudanças: as horas de trabalho diárias diminuíram para 8 horas e os pagamentos foram feitos pelo padrão ouro. Além disso, Villa e Zapata reorganizaram suas forças e voltaram a avançar em direção à capital, causando mais pressão ao governo.

Já em janeiro de 1916, foi criada, para acalmar os ânimos de Villa e Zapata, a Comissão Agrária Nacional, que tinha como finalidade delimitar e supervisionar as decisões locais sobre as terras sem focar na redistribuição. Porém, as decisões ficavam nas mãos de pequenos políticos, dificultando o acesso e a participação das aldeias. As disputas políticas internas continuaram, uma vez que Carranza não obteve apoio de todos os generais, o que gerou um governo instável.

Segundo John Womack, era interesse dos generais desestabilizar o governo, mas não ao ponto de retirar Carranza do poder, pois ainda não estavam organizados o suficiente para fazer uma escolha entre eles. O fato é que, por mais que não houvesse apoio interno, a política mexicana se manteve com Carranza, mesmo com toda a pressão de diversos projetos e diferentes setores, e após a crise conseguiu grandes avanços.

Quando se tratava da política externa, o governo mexicano, tanto central quanto regional, uniu-se impedindo a intervenção norte-americana nos assuntos mexicanos e conseguiram, juntos, reunir a Assembleia Constitucional. Inaugurada em 1º de dezembro de 1916, a assembleia possuía mais de 200 deputados, todos pertencentes à burguesia e pequena burguesia, que se dividiram entre liberalismo e reformismo liberal, o qual buscava mudanças econômicas e sociais. Womack, os dividia em “liberais carrancistas” e “jacobinos obregonistas” formados por jovens soldados esquerdistas. Enquanto Carranza conseguia centralizar e fortalecer seu poder presidencial, além de criar um banco central, a comissão avançava nos ganhos de punho social, conseguiam compor a maioria em votações e aprovaram vários artigos. O artigo 27 concedeu aos mexicanos a propriedade dos recursos naturais do país e, mais importante, declarou a desapropriação de grandes propriedades e a sua divisão em posses comunais e o Artigo 123 atendeu as

demandas das classes urbanas limitando a jornada de trabalho em 8 horas, estabeleceu o direito a greve e à sindicalização.

Em 31 de janeiro de 1917, os deputados aprovaram a constituição que foi promulgada por Carranza em 5 de fevereiro. Surgiu formalmente o novo Estado mexicano quando, em 1º de Maio de 1917, entrou em vigor a nova Constituição. Apesar de ser pertinente e discutível, não cabe nessa pesquisa a discussão sobre a data final da Revolução Mexicana, 1917, 1924 ou 1940. O corte que atende a essa pesquisa é até o ano 1917, ano da Constituição.

Com o panorama dos diversos projetos idealizados para o Estado mexicano, é possível pensar que a história está sendo analisada de todos os pontos de vista já que nesse pequeno contexto está incluso camponeses, ruralistas, pequenos, médios e grandes proprietários, empresários e proletariados. Entretanto, nem todos os agentes históricos foram analisados. Um personagem muito importante na história mexicana foi excluído, pois, quando pesquisamos sobre a construção do Estado mexicano, o indígena quase nunca é citado. Dessa forma, mesmo com o já conturbado panorama do processo revolucionário, é necessário analisar os projetos políticos pensados para os indígenas. Para isso, é importante discutir as modificações de antes e durante o governo de Porfirio Díaz num primeiro momento e, posteriormente, olhar para os projetos que surgiam durante a Revolução Mexicana.

Manuel Gamio e as políticas indigenistas

“Toca hoy a los revolucionários de México empuñar el mazo y ceñir el mandil del forjador para hacer que surja del yunque milagroso la nueva pátria hecha de hierro y de bronce confundidos. Ahí está el hierro... Ahí está em bronce... ¡Batid hermanos!”³⁰

Antes mesmo do governo de Porfirio Díaz, o projeto nacional era de modernização por meio da política liberal. Desse modo, na Constituição de 1812 é presente um forte espírito individualista para marcar a nova organização da sociedade mexicana. A política avançava junto com o liberalismo e, com o passar dos anos, tornou-se mais urgente. Entre o período de 1812 e 1856, outras mudanças legislativas importantes foram tomadas. Sob uma séria disputa de poder entre liberais e conservadores, essas mudanças definiriam, aos poucos, o papel que o governo queria que os indígenas desempenhassem. Um decreto lei de 15 de abril de 1831 substituiu a palavra “indígena” por “mexicanos de origem antiga”. Para a autora Vânia Maria Losada Moreira³¹, a mudança justifica-se pela criação de uma nova sociedade, um novo projeto que estava criando uma “nação de cidadãos”, deixando claro que o índio não cabia nessas mudanças e, portanto, havia a tentativa de ressignificá-lo, apagando o indígena para dar lugar ao mexicano.

Essa mudança, de certa forma, abrupta, mostra, acima de tudo, que o governo tinha pressa em construir a nova imagem mexicana, mas a mestiçagem, ao que parece, não fazia parte dos planos já que levaria tempo até ser concluída. O caráter imediatista das decisões não nos deixa excluir o uso da violência, por parte do Estado, para atingir os objetivos do projeto nacional. Em 1856, foi promulgada a Lei do Lerdo, que levantou questionamentos em relação à distribuição das terras mexicanas e que tinha como principal objetivo atingir a Igreja Católica, grande detentora de terras, mas acabou atingindo, também, as posses dos indígenas, que antes das medidas eram consideradas entidades corporativas com governantes indígenas eleitos anualmente. O objetivo do governo era estimular a economia mexicana por meio das terras, pois conseguiria saldar dívidas e estimular a

³⁰ GAMIO, Manuel. *Forjando a Patria*. México. Editora: Librería de Porrúa Hermanos, 1916.

³¹ Vânia Maria Losada é graduada em História pela Universidade de Brasília (1986) e doutora em História pela Universidade de São Paulo (1995), realizou, em 1999/2000, pós-doutorado no Center For Latin American Studies (Stanford University, Estados Unidos). É professora Associada da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) e do Programa de Pós-Graduação em História da UFRRJ.

propriedade privada, além de incentivar e modernizar a produção agrícola. Segundo Antonio Escobar Ohmstede³²:

“Las leyes liberales emanadas de Cádiz no solo se enfocaron en los derechos del hombre y del ciudadano, sino también en fortalecer el papel del individuo, y es aquí donde el control corporativo de la tierra causaba ciertos atrasos en la consecución del ideal liberal. Los intentos de entregar en propiedad o en usufructo las tierras de los pueblos a las cabezas de familia, iba en el sentido de formar una sociedad sustentada en individuos y no en colectividades”.³³

As consequências foram grandes, modificando toda a organização política dos *pueblos*. A princípio porque, além da desamortização das terras, a lei de 1856 também decretou a abolição das medidas proibitivas que impediam não indígenas de fixarem residência em terras indígenas. Aos poucos, com as políticas liberalistas, a política dos *pueblos* foi se modificando por conta dessas novas presenças.

Posteriormente, seguindo o ideal liberal que ficava cada vez mais forte no México, pois caracterizava a modernização, outra exigência política foi a regulamentação dessas terras já que passariam a ser privadas. Nesse caso, cada indígena deveria registrar um pedaço de terra em seu nome na autoridade mais próxima, isto é, a terra não seria mais de uso comum, a aldeia seria dividida pelos indígenas, o que descaracteriza totalmente a organização política e social do povo, colocando fim aos *pueblos*. Agora, a igualdade era uma premissa legal e aplicada por meios jurídicos, como ressalta Daniela Marino³⁴ :

“[...] caracterizou-se pela igualdade político – jurídica, quando foi desconstruída a legitimidade das diferenças étnicas da população, e os *pueblos* indígenas passaram por um processo de municipalização, perdendo sua organização tradicional e a autonomia política que gozavam no antigo regime colonial”.³⁵

³² Antonio Escobar é professor-pesquisador do Centro de Pesquisa e Estudos Superiores em Antropologia Social (CIESAS) desde 1986. Ele completou seus estudos de doutorado no El Colegio de México. Foi diretor do Arquivo Histórico da Água (CIESAS-CONAGUA) de 2002 a 2004. É membro do Sistema Nacional de Pesquisadores de nível III. Em 2002, ele recebeu uma bolsa da John Simon Guggenheim Memorial Foundation.

³³ OHMSTEDE, Antonio Escobar. Introducción – La “modernización” de México a través del liberalismo. Los pueblos indios durante el juarismo. In: OHMSTEDE, Antonio Escobar (coord.). *Los pueblos indios en los tiempos de Benito Juárez*. México: Universidad Autónoma Metropolitana/Universidad Autónoma Benito Juárez de Oaxaca, 2007, pp, 17.

³⁴ Daniela Marino é professora titular de Investigação Científica no Pós-doutorado de História e Antropologia no ENAH, Escola Nacional de Antropología e História, México.

³⁵ MARINO, Daniela. La municipalización: ¿expropiación y privatización de los pueblos de indios por el estado? Generalización en torno del caso de Huixquilucan (siglo XIX). In: SANDOVAL, María del Carmen Salinas; GARDIDA, Diana Birrichaga; OHMSTEDE, Antonio Escobar (coords.). Poder y gobierno local en México. México: Colegio de Michoacán, 2011, p. 351-374, p. 353.

Aos poucos, os grupos não indígenas foram não só monopolizando as terras, mas também o governo local, transformando-os em pequenos municípios, ou seja, povoados e vilas. Assim, os indígenas foram perdendo autonomia de suas aldeias e foram, aos poucos, incorporados em organizações políticas não indígenas do projeto nacional proposto pelos liberais. Como já mencionado, essa municipalidade não foi feita de forma lenta e muito menos pacífica, pelo contrário, houve diversas formas de resistência. Além de choques diretos entre brancos e indígenas pelas terras e pelos recursos econômicos ali presentes, o índio passou a ignorar as novas leis de regulamentação das terras. Esses pedidos de registros foram totalmente deixados de lado pelos indígenas, mas não por falta de conhecimento ao procedimento, e sim de forma proposital, caracterizando o não reconhecimento dessas novas medidas como forma de resistência. Todavia, o projeto de modernização não deixou de afetar a política dos *pueblos*.

Essa nova organização fez com que os não indígenas assumissem parte de suas terras, controle político e econômicos após a lei de desamortização. Além disso, não se pode esquecer que essas políticas também tinham caráter de “modernizar” o próprio indígena, pois os legisladores queriam ajudar na “civilização” e prepará-los para aproveitar os direitos da cultura ocidental. O Estado não entendia que, para o índio, ter a terra articulada ao seu nome de nada significava já que sua cultura era atribuir a terra a sua aldeia como um bem comum. Dessa maneira, o índio era caracterizado como ignorante por não querer suas próprias terras, reforçando a ideia de que eles precisavam ser ensinados e “civilizados” para aproveitar a oportunidade que lhes era dada.

Em 1875, já no governo de Porfírio Díaz, foi decretada a Lei da Colonização que buscava levar ao México imigrantes europeus com dois objetivos: o governo buscava mão de obra e as elites locais o “embranquecimento” social. De 1904 a 1924, foram 33.890 imigrantes no México³⁶. Esses tiveram uma série de funções, como modernizar a agricultura, impedir avanços norte-americanos sobre território mexicano e aumentar o número de cultivos para exportação. Grandes intelectuais e políticos defendiam a política de imigração, pois assim como Díaz defendiam o processo de modernização com base na educação e, como no já citado, positivismo que influenciou o regime de Porfírio

³⁶ SANCHEZ-ALBORNOZ, Nicolas. “A população da América Latina”. In: BETHELL, Leslie. História da América Latina: de 1870 a 1930, vol. 4. São Paulo: EDUSP; Imprensa Oficial do Estado; Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2001, pp.184.

juntamente com a teoria do Darwinismo social de Spencer³⁷. Teoria essa que naturalizava a exclusão.

“Os lemas do país se tornaram os do positivismo: a defesa da ordem, do nacionalismo, do progresso material e intelectual. Assim, os fins da educação deveriam seguir o mesmo rumo, pois os intelectuais contemporâneos a Díaz compartilhavam a opinião de Sierra de que “el fondo de todo problema, ya social, ya político, tomando estos vocablos en sus más comprensivas acepciones, implica necesariamente un problema pedagógico, un problema de educación”.³⁸

Um deles é Francisco Pimentel³⁹, prefeito da Cidade do México que participou e defendeu diretamente a entrada dos europeus no país. Pimentel tinha uma visão negativa acerca dos indígenas, caracterizando-os como lentos, melancólicos, sofridos, servis, hipócritas e sem nenhum tipo de virtude. Para o prefeito e autor, o México não existia como nação já que possuía dois grupos étnicos tão diferentes vivendo sobre o mesmo território e, por isso, seria impossível dar unidade à nação mexicana. Como solução para esse problema, Pimentel sugere a anulação territorial e cultural do índio, em que o mesmo deveria esquecer sua língua, religião e cultura para que, junto com o homem branco, formasse uma só unidade, assim, nada do índio seria considerado. Esse pensamento torna claro o caráter radical de suas propostas. Além disso, para o prefeito, o indígena que foi educado, mas que não renunciou à sua identidade ou que não é fruto da mestiçagem, seria de alto perigo, pois poderia desenvolver sentimento de vingança. Com isso, fica evidente que Pimentel não buscava somente a “ocidentalização” do indígena para inseri-lo na sociedade, mas também a anulação e esquecimento desse personagem importante da história do México. O conceito de mestiçagem para ele significava o embranquecimento, um passo evolutivo para esquecer as raízes e não o resultado da unificação das duas raças e culturas.

³⁷ Herbert Spencer (1820-1903) foi um filósofo e sociólogo inglês, responsável pela teoria do darwinismo social, considerado um seguidor de Comte e representante do positivismo na Grã-Bretanha.

³⁸ UZUN, Júlia Rany Campos. “Identidades construídas durante o porfiriato (1876-1911): quem era o cidadão mexicano que os científicos queriam formar?”. Anais do Simpósio Nacional de História – ANPUH, São Paulo, 2011.

³⁹ Francisco Pimentel (1832-1893) foi um escritor mexicano, historiador, linguista, indigenista e acadêmico, vereador e secretário da Câmara Municipal do México. Durante o desenvolvimento do Segundo Império Mexicano, ele era prefeito político, mas renunciou a sua posição.

Outro intelectual importante para entendermos as políticas indigenistas do século XIX foi Justo Sierra⁴⁰. Considerado o principal ideólogo de Porfirio Díaz, Sierra tinha medidas parecidas com as de Francisco Pimentel. Embora também defendesse a imigração – exclusivamente europeia – como solução para evolução do Estado mexicano, o autor trabalhava juntamente com o caminho da educação para o “problema indígena” uma vez que a mentalidade do índio se modificaria de acordo com a presença deles nas escolas. Apesar de não haver muita ruptura com o pensamento de Francisco Pimentel, observa-se menos radicalismo em suas ideias, pois, ainda que o autor veja o índio de forma negativa, em seu projeto não há a substituição imediata por meio da imigração, o índio não é considerado alguém perigoso e imediatamente descartável, mas passível de ensinamentos.

Para Sierra, o projeto de imigração e educação dos indígenas deveria ser integrado, pois seu objetivo era dar continuidade ao processo de mestiçagem que, para o autor, foi interrompido pelas instituições da era colonial, a saber os colonos espanhóis e a Igreja Católica. De acordo com o autor Valdir Donizete⁴¹, “Do sangue derramado por espanhóis e indígenas nesse episódio, teria nascido o mexicano, filho dessas duas raças”⁴², ou seja, depois do processo da Conquista Espanhola, a nação mexicana já era mestiça, porém, esse processo foi interrompido pela alta proteção da Igreja com o indígena e da ambição dos colonos com a exploração. Nesse sentido, a conquista do México significou a continuação da história espanhola na América e o mestiço seria a evolução da sociedade mexicana enquanto o indígena seria o atraso, mas ainda assim fundamental para conclusão do projeto de mestiçagem. Como principal ideólogo de Díaz, pode-se notar tentativas de implementação dessas políticas durante seu governo apesar do desejo de respostas rápidas por parte do Estado e ainda haver conflitos diretos causados pela resistência dos indígenas em manter suas terras e culturas. Por mais que não sejam projetos ideais ao pensamento contemporâneo atual, não se pode negar que houve avanços ao compararmos as políticas do século XIX ao período da Conquista e Colonização, mesmo no governo ditador de Porfirio Díaz. Justo Sierra cai junto com Porfírio, ficando em aberto não só a política indigenista, mas também o projeto nacional.

⁴⁰ Justo Sierra (1848-1912) foi escritor, historiador, jornalista, poeta e político mexicano. Foi decidido promotor da fundação da Universidade Nacional de México, hoje Universidade Nacional Autónoma de México (UNAM). É considerado um das personagens mais influentes da história moderna de México.

⁴¹ DONIZETE, Valdir dos Santos Júnior. “Mestiçagem e questão indígena no Porfiriato: identidade e alteridade nas obras de Justo Sierra. Revista Eletrônica da ANPHLAC, n.14, pp.157-176, 2013.

⁴² DONIZETE, pp.167,2013.

A importância de Emiliano Zapata, ao Sul, no Estado de Morelos – especificamente na comunidade Anenecuilco – com um exército formado pela organização das aldeias, mostra a força e o processo de resistência dos *pueblos* durante a Revolução Mexicana. Por mais que a questão agrária e as terras indígenas tenham sempre sido negligenciadas após determinado grupo conseguir chegar ao poder, não se pode deixar de destacar que eles nunca abandonaram sua identidade étnica e sempre lutaram por suas terras comunais. Por mais que tenham substituído o *nahuatl* pelo espanhol após a incorporação de mulatos, mestiços e brancos nunca esqueceram seus antepassados. Isso ocorria porque os projetos nacionais durante a revolução buscavam anular as características étnicas dos indígenas e a valorização nacional mexicana do que para eles seriam os “verdadeiros índios”, os astecas. Surge, nesse contexto, o mito da origem mexicana. Dessa forma, mesmo com a saída de Justo Sierra e Porfirio, a política indigenista continuou a ser de anulação e estímulo à mestiçagem.

Para o autor Federico Navarrete⁴³, o projeto de mestiçagem ultrapassa o governo Díaz e alcança as principais mentes do processo revolucionário uma vez que a ideia da mestiçagem como o elemento de nacionalidade mexicana exclui as especificidades étnicas das populações indígenas. Por isso o caso de Zapata é tão importante e único. Por isso sua organização militar era tão coesa, e principalmente resistente. Para o autor, a educação foi o papel principal para a mudança do significado da palavra mestiço. Antes, mestiço significava o resultado da mistura de brancos, negros e indígenas e ocupavam o papel de coadjuvantes no período colonial; agora, com a Revolução Mexicana, os mestiços possuem o papel principal, é um grupo dominante que passou a ser exemplo de identidade nacional mexicana, excluindo os que ainda possuíam características particulares. A mestiçagem passa pela discussão sobre raças, pois seria a união de uma raça superior, a branca, e uma inferior, a indígena, que resultaria numa terceira raça, a mestiça. A ideologia da mestiçagem chega à conclusão de que os aspectos brancos predominariam com a união e assim haveria uma evolução para os indígenas, o que manteria a ideia de “raça branca superior” pautada num forte discurso racista.

Entretanto, luta pela defesa dos *pueblos* continuou, durante a própria revolução identificamos a importância que outros setores da sociedade davam ao buscar o apoio indígena. O Plano de San Luis de Potossí é um grande exemplo, por mais que

⁴³ Federico Navarrete (1954) é historiador e escritor e trabalha no Instituto de Pesquisas Históricas da UNAM.

posteriormente tenha se excluído a cláusula que beneficiariam os pueblos, Madero mostrou a importância dos aldeamentos para atingir determinado ponto da revolução. Logo depois temos o Plano Ayala, uma proposta criada pelo próprio Zapata que foi essencial para manter a pauta indígena viva no processo revolucionário até a implementação da Constituição de 1917, que, segundo Cássio Brancaleone⁴⁴, democratizou o sistema político e incorporou os indígenas no poder. A importância Zapata vai além, apesar de não fazer parte do recorte temporal, é importante citar o movimento zapatista que deu origem ao Acordo de San Andrés que pretendia modificar a Constituição do México e outorgar direitos aos indígenas relacionados a sua autonomia, justiça e igualdade. Ao anunciarem as reformas do artigo 27 e 4, em 1996, da constituição Emiliano Zapata foi lembrando.

“O então presidente mexicano, Salinas de Gortari, ao anunciar a reforma do artigo 27 que revogava os *ejidos*, aparecia nos comunicados ao lado de um quadro de Emiliano Zapata. Para o poder instituído, a utilização de Zapata agia como símbolo de legitimação da decisão política do governo de revogação do artigo 27, ou seja, o herói defensor dos indígenas se convertia em agente do poder, em defesa da propriedade privada. Essa passagem caracteriza a inversão do mito, sua ambivalência. Zapata não foi parte do poder, pelo contrário, lutou contra ele. Mas aqui reaparece como um símbolo que se confunde com uma causa contrária à sua. A defesa dos *ejidos* na Revolução de 1910 por Zapata foi substituída por Zapata presente à revogação do artigo constitucional”⁴⁵

Isso ressalta a importância das políticas indígenas discutidas durante a revolução mexicana, o quanto foram importantes na construção do estado nacional para a sociedade indígena e como ainda colhem frutos do processo revolucionário. Por outro lado, podemos destacar a demora na realização de tais progressos o que nos faz pensar nas políticas pós constituição de 1917. Assim como Justo Sierra marcou o governo de Díaz, outro autor vai marcar a política indigenista nessa nova etapa mexicana.

Um importante intelectual mexicano será o responsável por pensar mais a fundo o processo de mestiçagem e incorporá-lo às políticas indigenistas para um projeto

⁴⁴ Cassio Brancaleone foi professor do Curso de Ciências Sociais da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) e pesquisador do Grupo de Pesquisas Anticapitalismos e Sociabilidades Emergentes (GPASE).

⁴⁵ TEAO, Kalna Mareto. “Mito e história: estratégias políticas do neozapatismo”. Anais Eletrônicos do VIII Encontro Internacional da ANPHLAC. Vitória, pp.9, 2008.

nacional, durante e posteriormente, à Revolução Mexicana. Suas obras são de grande importância para entender seu projeto de formação nacional contemporânea da sociedade mexicana e o papel dos indígenas nesse Estado que passou por inúmeros planejamentos. A partir de agora será analisada a sua trajetória, que é de extrema importância para entendermos as influências de sua intelectualidade, e sua principal obra, *Forjando a Patria*, que serviu de manual para incorporação das políticas indigenistas.

Manuel Gamio nasceu no México, em 1883, estudou na escola Nacional Preparatória de San Ildefonso e Escuela de Minas. Interrompeu seus estudos em 1902, aos 19 anos, para ajudar na fazenda de sua família. Em contato com indígenas presentes na região, aprendeu a *náhuatl* – língua nativa dos astecas – e se interessou, assim, pelas questões indígenas. Posteriormente, formou-se em Antropologia, Arqueologia e Sociologia no Museu Nacional da Cidade do México. Em 1909, viajou para Os Estados Unidos para estudar com Franz Boas, intelectual que tinha como objeto o particularismo histórico, no qual afirmava a existência de diversas culturas, destacava suas singularidades e as modificações que sofria no decorrer do tempo. Teve influência na Antropologia mexicana, principalmente em Gamio, que utiliza o particularismo para defender a importância indígena na formação do Estado mexicano.

Ao herdar e trazer a Antropologia norte-americana para contexto mexicano, Gamio defende as diferenças culturais dos grupos sociais existentes na sociedade. Além disso, o autor traz a crítica sobre a ideia de linearidade temporal, por essa acabar gerando uma ideia de progresso acumulativo, o que acarreta a ideologia de superioridade racial de determinados grupos sobre outros. Ao retornar ao México em 1910, ano da Revolução Mexicana, o autor escreve sua mais brilhante obra, *Forjando a Pátria*, publicada em 1916. Escrever no contexto da eclosão da Revolução significou absorver uma avalanche de ideias revolucionárias que explodiram das várias camadas sociais que se faziam presentes na sociedade, mas que até então não faziam parte do cenário político e nem se encaixavam no ideário de nação idealizado pelas classes dominantes, que buscavam criar o sentimento de nação a sua própria imagem, desde o processo de Independência do México, excluindo a participação de outras classes, como os indígenas. Colocando a educação como principal pilar para construção do projeto de uma nação integrada e bem definida, Gamio utiliza seu conhecimento antropológico e sociológico para formular e fundamentar suas ideias, além de trabalhar para implementação delas no sistema educacional mexicano para ajudar a compreender a problemática indigenista.

Em 1910, junto com Boas, criou a Escola Internacional de Antropologia e Etnografia Americana, tornando-se diretor da mesma em 1916. Com o uso da Arqueologia, fez suas pesquisas de campo para aprofundar seus conhecimentos sobre os indígenas, que para o autor é de extrema importância para o sucesso da convergência social. Teve destaques importantes na administração pública, foi Inspetor Geral dos Monumentos Arqueológicos do Ministério de Instruções Públicas, de 1913 a 1916, depois foi nomeado diretor de “La Dirección de Antropología” do Ministério de Agricultura e Desenvolvimento do México, nos anos de 1917 a 1924. Ainda em 1924, foi nomeado subsecretário de Educação Pública e dez anos depois foi chamado para integrar, ainda no Ministério de Agricultura e Desenvolvimento, o cargo de diretor geral de População Rural e Colonização. Além disso, de 1938 a 1942, foi chefe do Departamento Demográfico do Ministério de Interior. Sua trajetória mostra sua participação direta na construção da identidade nacional e na defesa de seu projeto de integração social para o México, uma vez que sua carreira pública completa sua produção intelectual.

A Revolução de 1910 agita ainda mais o cenário político e social do México, pois a luta pela representatividade e reconhecimento se faz ainda mais presente, já que, segundo Gamio, “75% da população mexicana no ano de 1910 possuía ligação direta com a população indígena”. (GAMIO, 1992:9). Dessa forma, torna-se clara a intenção do autor ao analisar e revisar a Legislação e Constituições, mostrando que, por mais que fossem a maioria populacional, os indígenas não possuíam voz ativa no cenário político, não conseguindo, assim, criar leis que se direcionassem às suas necessidades. Além disso, o autor, em seu livro, expõe as ferramentas necessárias para construir o que, para ele, seria a verdadeira identidade de nação. Com o objetivo de fazer uma análise sobre o autor e sua obra, para que assim consigamos explorar o passado e realizar uma leitura sobre a participação indígena durante o embate de projetos ideológicos sobre a construção da identidade do Estado Mexicano, é necessário ter em mente o contexto da produção intelectual de Manuel Gamio. Sendo assim, além de levar em consideração aspectos externos da trajetória do autor, é importante valorizar os internos também, como o cenário da Revolução Mexicana. Colocar em evidência os diversos projetos políticos e as diversas camadas sociais que deles fizeram parte, ajuda a entender melhor o contexto da escrita de Gamio e suas motivações desde o estopim, em 1910, até a reformulação da Constituição mexicana, em 1917, que é o resultado desses sete anos de revolução.

Em seu livro, quando escreve sobre a participação dos indígenas na política mexicana, fala sobre uma política integracionista, lenta, gradual e, acima de tudo, não violenta. Para Gamio, o nacionalismo tem como ideia a construção, como reafirma Luis Villoro⁴⁶ “nacionalidade equivale para Gamio a mezcla y convergência”⁴⁷ Para além de construção, o projeto de formação da nacionalidade mexicana para o autor só se faria íntegro quando houvesse uma completa mestiçagem e homogeneização dos grupos sociais e seus respectivos contextos. Dessa forma, a “mestizaje”⁴⁸, para Gamio, deveria ser feita nos aspectos biológicos e culturais para construir a “verdadeira nacionalidade”⁴⁹. Pode-se dizer, assim, que a diversidade cultural, social e biológica, para o autor, é vista como um obstáculo para a construção do Estado mexicano. Nesse sentido, Gamio elabora um passo a passo para o projeto de integração funcionar: primeiro, a importância do avanço e do conhecimento científico e, segundo o conhecimento da língua, cultura e modo de vida desses diversos grupos. Segundo Guillermo Castillo⁵⁰, esses elementos serviriam de ponte para o processo de mestiçagem e unificação, mas sempre em prol da ocidentalização desses grupos indígenas.

“No obstante, la integración era un sinuoso camino que implicaba flertes modificaciones y que tendría que llevarse a cabo de manera paulatina, y que, en varios ámbitos, como el conocimiento científico y técnico, tendría que dirigirse a los avances obtenidos por los modernos estados nacionales de Europa occidental y América del Norte.”⁵¹

A idealização da ocidentalização dos grupos indígenas também é defendida por outros autores que possuem a mesma preocupação de Gamio, como fazer essa grande transformação e gerar essas mudanças sem se utilizar da violência. Sendo a unificação um caminho complicado, os autores retomam a importância dos elementos citados por Manuel Gamio não somente para reafirmar o caminho certo para o projeto de integração, mas também para deslegitimar uso da violência.

⁴⁶ Luis Villoro (1922-2014) foi um filósofo, pesquisador, professor e diplomata mexicano.

⁴⁷ Villoro, Luis. Los Grandes momentos del indigenismo en México. El Colegio de México, México, 2005, pp.253.

⁴⁸ CASTILLO, Guillermo Ramírez, “Las representaciones de los grupos indígenas y el concepto de nación en Forjando Patria de Manuel Gamio. Escuela Nacional de Antropología e Historia, Distrito Federal, Mexico, pp.17, 2013.

⁴⁹ CASTILLO, pp.17, 2013.

⁵⁰ Guillermo Castillo foi pesquisador associado do Instituto de Geografia da Universidade Nacional Autónoma do México (UNAM). Médico (2010) e professor (2006) em antropologia pela UNAM, realizou diversos Estágios de Pós-Doutorado na UNAM e em outras instituições.

⁵¹ CASTILLO, pp.9, 2013.

“El proceso deberá ser pausado y orgánico, no violento. No se trata de imponerle bárbaramente la civilización más perfecta, por una especie de revolución violenta, sino de hacerlo ingresar en ella por medio de la exhortación, la educación y el trabajo continuado. Por eso tenemos que hablar su propio lenguaje, por eso respetaremos incluso sus métodos científicos primitivos, tratando de perfeccionarlos paulatinamente sin destruirlos de golpe”.⁵²

Em outra passagem, fica claro a visão de Gamio em relação à necessidade da ocidentalização indígena quando o autor fala que “la mejoría de las precarias y ominosas condiciones materiales de vida de los indígenas era una necesidad nacional apremiante que ya no se podía postergar más”⁵³, pois evidencia, assim, sua contradição ao se referir à cultura e às diferenças existentes nas sociedades indígenas e à sua preocupação com a falta de bens dos índios. Ainda assim, *Forjando a Patria* é de fundamental importância para entender o indigenismo, a postura política de Manuel Gamio e também a relação do Estado do México e suas políticas para/com os povos indígenas, que até então foram excluídos e marginalizados da história. Sua obra tem como principal missão ajudar o processo de convergência social, cultural, econômica e política, que resultaria em um país unificado, levando em consideração o contexto interno – Revolução de 1910 – que foi consequência de um México pautado na desigualdade e que sofreu processos de mudanças sociais e políticas violentas. Para atingir seu objetivo, Gamio fala, em sua obra, sobre as ações necessárias para alcançar o projeto de unificação e integração social, ou seja, seu livro seria sua contribuição para o preparo pós-revolucionário, tornando-se, desse modo, um dos pioneiros a discutir o projeto ideológico e a construção da nova identidade nacional posterior a 1916.

Sendo assim, as quatro ações necessárias seriam o encontro de diversos grupos e as trocas feitas por eles; a convergência de variadas culturas para criar somente uma; o uso de uma só língua e a igualdade econômica. Tais medidas seriam essenciais para construção de um Estado forte, coerente e definido e, além disso, para esse processo de integração ser eficaz, seria necessário a participação central dos indígenas para a construção da nação. Dessa forma, o autor buscava, com um único projeto unificar diferentes grupos sociais por todo o México. O protagonismo que Gamio conferia aos indígenas se dá, segundo Castillo, não só pela desvalorização e pelo papel de agente

⁵² VILLORO, pp.243, 2005.

⁵³ CASTILLO, pp.19, 2003.

oprimido e marginalizado desse grupo através do tempo e da história, mas também pela sua maioria demográfica, que totalizaria 10 milhões contra 6 milhões de origem europeia⁵⁴. Assim, colocando-os como personagens essenciais para o projeto de unificação, faz-se necessário entender a participação indígena desde os tempos da Conquista, já que o autor considera esse grupo fundamental em diversos momentos históricos, mas que acabou sendo marginalizado e excluído das decisões políticas – do processo de Independência⁵⁵ à Revolução de 1910 – deixando, assim, o Estado numa longa dívida histórica com os grupos indígenas.

No primeiro capítulo de *Forjando a Patria*, Gamio fala da sua tese sobre as *razas de bronce*, que seriam a população existente antes da chegada dos espanhóis, os quais o autor denomina de *razas de hierro*, e que se dividiam em regiões no Continente Americano, mas, por possuírem semelhanças biológicas e culturais, provavelmente se juntariam e formariam uma só nação.

“En palabras de Gamio: “Había pequeñas patrias: la Azteca, la Maya-Kiché, la Incásica [...] que quizás más tarde se hubieran agrupado y fundido hasta encarnar grandes patrias indígenas, como lo eran en la misma época la patria China o la Nipona”⁵⁶

Com a chegada dos espanhóis na América Latina, essas pequenas pátrias indígenas tiveram seu progresso político e social interrompidos de maneira bruta e violenta, desorganizando o processo de unificação que, para Gamio, seria o natural.

“no pudo ser así [la constitución de patrias indígenas en el nuevo continente]. Al llegar con [Cristóbal] Colón otros hombres, otra sangre y otras ideas, se volcó trágicamente el crisol que unificaba la raza [de América] y cayó en pedazos el molde donde se hacía la Nacionalidad y cristalizaba la Patria”⁵⁷

Nessa perspectiva, o processo da Conquista e, posteriormente, a Colônia, transformaram e modificaram de vez o plano de unificação do povo original da América. Novos projetos que buscavam a formação da pátria e da nacionalidade foram implementados, mas, para o autor, não foram verdadeiros, pois foram criados por determinados grupos para atender às suas próprias necessidades, isto é, essas novas propostas rompem com a premissa de “verdadeira nacionalidade” de Gamio a partir do

⁵⁴ GAMIO, pp. 9, 1992.

⁵⁵ Anos de 1810 - 1821

⁵⁶ GAMIO, pp.5, 1992.

⁵⁷ GAMIO, pp.5, 1992.

momento em que, já que não houve convergência social e cultural, não houve o processo de “mestizaje”, e sim a unificação política de um grupo dominante e a exclusão e marginalização do outro. Desse modo permanece até a Independência, quando os Criollos tomam o protagonismo trazendo mudanças sociais e culturais e uma nova ordem política, evidenciando que mais uma vez os projetos de nação foram voltados para elite dominante do processo político com ideias fortemente ligadas à Europa. Para Guillermo Castillo, “durante esta época histórica, los esbozos de patria estaban incompletos, carecían de la representatividad de los diversos grupos socioculturales.”⁵⁸

Ressaltando a desigualdade diante desse cenário – e que se manteve até 1910 –, Gamio vê na Revolução Mexicana um momento favorável para a implementação do projeto nacional, pois nela ocorreria a unificação de diversos setores da sociedade e, para além disso, seria o momento do pagamento da dívida social do Estado com os indígenas e de incorporá-los de vez no processo político e histórico. Estava na hora de “forjar a pátria”. Para isso, Gamio, como antropólogo, reafirma a necessidade de estudar a fundo a história, a língua e o ambiente dos grupos indígenas para que assim a assimilação seja lenta, gradual e não violenta.

“el desconocimiento [de los indígenas] es un crimen imperdonable contra la nacionalidade mexicana, pues sin conocer las características y las necesidades de aquellas agrupaciones es imposible procurar su acercamiento y su incorporación a la población nacional.”⁵⁹

Todavía, Gamio tem um grande desafio pela frente: como fazer a unificação depois de décadas de preconceito e marginalização em relação aos indígenas? Castillo faz um pequeno levantamento começando pela época colonial. Na segunda metade do século XVIII, grupos já discutiam sobre a participação indígena no quesito social. Enquanto conservadores buscavam o afastamento territorial e a segregação, liberais defendiam a incorporação dos índios à sociedade. Autores mexicanos positivistas, datados do século XIX, como Francisco Bulnes,⁶⁰ falavam que a presença indígena ficaria para trás com o desenvolvimento mexicano. Já Justo Sierra, outro positivista mexicano e liberal, parte da premissa de que os indígenas eram um grupo social atrasado e que só alcançaria o pleno desenvolvimento por meio da educação e da mestiçagem com europeus. Foram esses

⁵⁸ CASTILLO, pp.22, 2003.

⁵⁹ GAMIO, pp.12, 1992.

⁶⁰ Francisco Bulnes (1847-1924) foi um escritor, jornalista e político mexicano. Estudou engenharia e foi professor na Escola Nacional de Engenharia. Ele ensinou meteorologia e economia política no Colégio de Minas e na Escola Nacional Preparatória e foi eleito deputado e senador durante o governo de Porfirio Díaz.

pensamentos os responsáveis pelo afastamento dos índios do restante da população mexicana. Entretanto, no contexto de 1910, Gamio destaca dois grupos: o primeiro considerava o indígena um obstáculo ao desenvolvimento mexicano e sua cultura deveria desaparecer, enquanto o segundo enaltecia o índio e não duvidava de sua capacidade intelectual.

“enaltecen ilimitadamente las facultades del indio, lo consideran superior al europeo por sus aptitudes intelectuales y físicas. Dicen que si el indio no vegetara oprimido, ahogado, por razones extrañas, habría de preponderar y sobrepasarlas en cultura: Altamirano, Juárez y otros casos aislados de indios ilustres, so ejemplos que aducen para fundar sus opiniones.”⁶¹

Gamio não se adequava a nenhum dos grupos, pois, como aluno de Boas, criticava a visão de superioridade de um grupo em relação a outro, já que para ele os indígenas possuíam capacidade intelectual igual aos europeus ocidentais. Portanto, acreditava que o que poderia parar com essas comparações, aos olhos de terceiros, era a melhoria da condição de vida dos indígenas. Para o autor, se essa melhoria tivesse ocorrido, os grupos étnicos não sofreriam a exploração que esteve presente durante anos e, assim, não seriam descartados do projeto de nação que estava para surgir pós 1916. Seguindo essa linha de pensamento, o papel da Antropologia transpassaria os muros acadêmicos, tornando-se ferramenta de aprendizagem sobre esses grupos e sobre suas condições de vida para que a população mexicana saísse da ignorância e enxergasse os indígenas como parte da sociedade. Com isso, a Antropologia tornar-se-ia um instrumento também de cunho político e que ajudaria a integração social, como planejava Gamio. Dessa forma, a criação da *Dirección de Antropología* (1917-1924), dirigida por Gamio e criada pelo Estado, tinha como objetivo

“el estudio de la población nacional desde los siguientes puntos de vista y de acuerdo con un depurado criterio antropológico: 1º Cuantitativamente: Estadística. 2º Cualitativamente: Tipo físico, idioma, civilización o cultura. 3º Cronológicamente: periodos precolonial, colonial y contemporáneo. 4º Condiciones ambientales: Fisiobiología regional.”⁶²

Em alguns pontos, ao descrever características étnico-sociais, o autor passar por algumas contradições e faz algumas observações com juízo de valor, como quando diz, em relação ao indígena, que “es tímido, carece de energías y aspiraciones y vive siempre

⁶¹ GAMIO, pp.23, 1992.

⁶² GAMIO, pp.18, 1992.

temeroso de los vejámenes y del escarnio de la ‘gente de razón’, del hombre blanco. Aún macula su frente el verdugón que alzara la bota ferrada del castellano conquistador.⁶³ As características de cargas negativas só pioram quando o autor passar a analisar os aspectos econômicos. Pode-se perceber, então, que Gamio se desliga do ensinamento de Boas e desenvolve um pensamento muito próximo ao evolucionismo quando destaca as sociedades europeias como avançadas por adotarem um sistema capitalista, as quais acumulam bens e seguem o desenvolvimento científico e tecnológico, caracterizando assim, em contrapartida, as sociedades indígenas como atrasadas. O autor se aproxima daquilo que tanto critica ao estabelecer uma comparação entre as duas sociedades, acarretando uma visão negativa dos povos indígenas e desconsiderando a singularidade deles, que são completos em si mesmos. Esse pensamento fica claro quando Gamio destaca que

“Puede concluirse que el indio posee una civilización propia, la cual, por más atractivos que presente y por más alto que sea el grado evolutivo que haya alcanzado, está retrasada con respecto a la civilización contemporánea, ya que ésta, por ser en parte de carácter científico, conduce actualmente a mejores resultados prácticos, contribuyendo con mayor eficacia a producir bienestar material e intelectual, tendencia principal de las actividades humanas.”⁶⁴

Dessa forma, o autor deixa claro os motivos pelos quais, mesmo sendo maior parte da população, os grupos étnicos, em sua maioria, são descartados após eventos de nova ordem política e social e não são valorizados na formação de projetos de identidade nacional. Para Gamio, os indígenas não conhecem meios de buscar e garantir sua liberdade, pois lhes falta conhecimento científico e é essa falta que não permite o que ele entende ser necessário para que sejam povos evoluídos. Além disso, para o autor, o caminho proposto para integração por intermédio da Antropologia não poderia partir dos indígenas, mas de outros grupos sociais. Os indígenas foram, assim, caracterizados como dependentes, isto é, eram vistos como um grupo passivo e que necessitava de tutela para qualquer posicionamento. Eles deveriam, então, ser ensinados a não ter medo do outro e também não temer a incorporação de aspectos da sociedade ocidental, como a tecnologia, por exemplo.

⁶³ GAMIO, pp.21, 1992.

⁶⁴ GAMIO, pp.96, 1992.

Para Gamio, bem como para Catillo, esse trabalho era árduo, pois a visão que tinham acerca dos indígenas era a de passividade e a inexistência de vontade de aprendizado, tornando difícil fazê-los perder a timidez e adquirir capacidade de pensamento. Nesse sentido, Gamio buscava a ocidentalização desses grupos étnicos, uma vez que não enxergava o avanço social sem a tecnologia e a ciência. Por conseguinte, para que a integração dos grupos indígenas fosse concluída com sucesso e caminhasse visando o “progresso” das sociedades ocidentais, era necessário o abandono de suas práticas e culturas, ou seja, precisava-se que fossem descaracterizados para serem incluídos no projeto de nação idealizado por Gamio. Enquanto essa integração não ocorresse, o México não teria sua “verdadeira nacionalidade” e seria, então, formado por pequenas pátrias. De um lado, povos indígenas e, do outro, a sociedade que resultou da convergência dos indígenas e dos hispânicos, descendentes europeus. Para Manuel Gamio, o maior exemplo desse segundo grupo e também o mais bem-sucedido exemplo de convergência, seria os *Yucatán*.

“Yucatán es una de nuestras pequeñas patrias y posee concepto nacionalista propio. En lo que es territorio yucateco, la raza indígena conquistada y la española invasora, han llegado a mezclarse más armónicamente y profusamente que en ninguna otra región de la República”⁶⁵

Os *Yucatán* alcançaram as principais características do que deveria ser pautado o nacionalismo: em primeiro lugar, a homogeneidade racial, o choque e a mistura dos tipos físicos, a união das raças. Para Castillo, essa era a característica de maior peso para Gamio, pois era o primeiro passo para solidificação do nacionalismo; em segundo lugar, a língua única e, finalmente, a unificação cultural. Dessa maneira, os *Yucatán* seriam o maior exemplo a ser seguido pós processo revolucionário de 1910, pois, segundo essas características, seria possível estabelecer uma nacionalidade bem definida.

Portanto, não somente a unificação das raças seria a resolução dos problemas sobre nacionalidade, o mais importante seria a supremacia das características do homem branco, ou seja, a ocidentalização dos indígenas. Quanto mais se negasse a cultura indígena e as particularidades étnicas de determinados grupos, mais mexicano o indivíduo seria. Nesse caso, a mestiçagem seria uma etnia: a etnia da sociedade mexicana.

⁶⁵ GAMIO, pp.13, 1992.

Conclusão

Desde o tempo de Porfirio Díaz há a necessidade de anular as características de grupos indígenas, a qual se estendeu durante a Revolução Mexicana. Como abordado no contexto geral, a participação de grupos indígenas na política revolucionária era facilmente descartável, mas isso não anulou suas formas de luta. Assim, nos deparamos com diversos grupos sociais, mas pouco é falado sobre indígenas, sendo uma forma de denunciar o quanto os indígenas foram excluídos do protagonismo político e também da historiografia. Para encontrar sua participação, precisamos nos debruçar mais sobre pesquisas específicas, o que coloca a luta indígena como uma história a parte do próprio processo Histórico, escondendo importância política e social desses grupos. Dessa forma, não basta apenas um contexto histórico, mas é preciso uma análise mais profunda e ampla, que mostre como esses grupos influenciaram as decisões posteriores à Revolução Mexicana.

Durante a revolução, diversos grupos buscavam apoio das resistências Zapatistas a fim de caracterizar suas demandas como populares. De certa forma, isso é um reconhecimento de que grande parte da população mexicana era representada pelas comunidades indígenas e que essas possuíam grande força e influência a ponto de mudar os rumos da revolução. Quando atingiam seus objetivos e chegavam ao poder, logo afastavam-se do grupo, pois entendiam suas demandas e não queriam dar espaço político para tais ideias. Mais tarde, o projeto de identidade nacional surgiu para reforçar a ideologia da miscigenação, que ao longo dos anos se aprofundou, principalmente com Manuel Gamio. É inegável o caráter racial dessas medidas que buscam o esquecimento de culturas e povos tão importantes para História, mas também não se pode negar que, por mais contraditórias que sejam, essas propostas formam um avanço ao serem comparadas aos tempos iniciais da colonização, em que o extermínio era o único meio de comunicação existente.

Referências Bibliográficas

BETHEL, Leslie. **História da América Latina: de 1870 a 1930, volume V**. Tradução Geraldo Gerson de Souza. São Paulo, editora da Universidade de São Paulo; Imprensa Oficial do Estado; Brasília Fundação Alexandre Gusmão, 2002.

_____. **O México: A República Restaurada e o Porfiriato, 1867-1910**. São Paulo, editora da Universidade de São Paulo; Imprensa Oficial do Estado; Brasília Fundação Alexandre Gusmão, 2002

_____. **A Revolução Mexicana, 1910-1920**. São Paulo, editora da Universidade de São Paulo; Imprensa Oficial do Estado; Brasília Fundação Alexandre Gusmão, 2002.

BULNES, Francisco. **El porvenir de las naciones hispanoamericanas ante las conquistas recientes de Europa y Estados Unidos**. México, Edición de la Sociedad de Artistas y Escritores “Generación del Segundo Cuarto de Siglo”, 1899.

CASTILLO, Guillermo Ramírez. **Las representaciones de los grupos indígenas y el concepto de nación em Forjando Patria de Manuel Gamio**. México, Distrito Federal, Escuela Nacional de Antropología e Historia, 2013.

DIAS, Stéfanny Soares de Menezes. **Manuel Gamio e Samuel Ramos: perspectivas acerca do indígena na construção da identidade nacional mexicana pós-revolução de 1910**. XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH. São Paulo, 2011.

GAMIO, Manuel. **Forjando Patria**. México, Librería de Porrúa Hermanos. 4ª ed, 1916.

GIL, Antonio Carlos Amador. **As ciências sociais ao serviço do colonialismo? A Antropologia aplicada, o auge do indigenismo e sua crise no México da segunda metade do século XX**. Universidade Federal do Espírito Santo, 2013.

_____. **Intelectuais e Indigenismo: o dilema da identidade nacional num país profundamente indígena**. XXVI Simpósio Nacional de História. São Paulo, 2011.

JUNIOR, Valdir Donizete dos Santos. **Mestiçagem e questão indígena no Porfiriato: identidade e alteridade nas obras de Justo Sierra**. Revista Eletrônica da ANPHLAC, N 14, p.157-176. São Paulo, 2013.

MÓLGORA, Marco A. Calderón. **Historias rurales y construcción del estado social, México y Estados Unidos**. XI Congreso Nacional de Investigación Educativa. México, Distrito Federal, Ciudad Universitaria, 2011.

MOREIRA, Vânia Maria Losada. **Deslegitimação das diferenças étnicas, “cidanização” e desamortização das terras de índios: notas sobre liberalismo, indigenismo e leis agrárias no México e no Brasil na década de 1850**. Revista Mundos do Trabalho, vol, 4, n.8, p. 68-85. Santa Catarina, 2012.

RODRIGUES, Rafael Antonio. **A temporalidade da Nação. México, indigenismo e revolução. 1910-1940.** XXVII Simpósio Nacional de História – ANPUH. Natal, 2013.

SIERRA, Justo. **Evolución política del pueblo mexicano.** Caracas, Biblioteca Ayacucho, 1977.

UZUN, Júlia Rany Campos. **Identidade construídas durante o porfiriato (1876-1911): quem era o cidadão mexicano que os científicos queriam formar?** XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH. São Paulo, 2011.

VILLORO, Luis. **Los grandes momentos del indigenismo en México.** México, El Colegio de México, El Colegio Nacional, fce, 2005.